

André da Hora afirma que o PBM visa solucionar questões críticas de curto prazo, a fim de viabilizar soluções de problemas que afetam a competitividade dos setores industriais no longo prazo



DIVULGAÇÃO BNDES

PLANO BRASIL MAIOR TRAÇA METAS ESPECÍFICAS AO SETOR

Em meio a um conturbado cenário econômico mundial e diante do desafio de estimular o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, o Plano Brasil Maior (PBM) surge como política industrial do governo Dilma Rousseff. A ideia é dar continuidade ao trabalho iniciado no governo Lula, com o incremento de tratar questões estruturais e sistêmicas que perpassam toda a indústria brasileira.

“As questões conjunturais do momento fazem o PBM adotar medidas de curto prazo. O que se busca, contudo, é um enfoque maior no longo prazo, de forma a solucionar gargalos que vêm acompanhando os setores industriais brasileiros ao

longo dos últimos anos”, pontua André da Hora, representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e coordenador do Comitê Executivo de Celulose e Papel no PBM. O executivo reforça que a forma como a governança do Plano está estruturada visa a soluções imediatas com a perspectiva de aumentar a competitividade no futuro. Para dar mais detalhes sobre essas medidas e trazer perspectivas de resultados pela implantação do PBM, da Hora comenta nesta entrevista os bastidores que levaram à definição das metas incluídas na agenda setorial recentemente referendada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

“De maneira geral, os produtores de papel precisam estar próximos do mercado consumidor. O Brasil, pelas dimensões que apresenta, torna a logística um pouco mais complicada e cara”

“ABTCP, ABPO e Bracelpa, por exemplo, têm representantes no Conselho de Competitividade do Setor de Celulose e Papel, assim como as principais empresas do setor: Fibria, Suzano, Klabin e IP, além de representantes das principais centrais sindicais e da Pöyry Tecnologia”

O Papel – Como o PBM foi organizado? Como se chegou às metas estabelecidas a cada segmento industrial?

André da Hora – O PBM foi organizado pelo CNDI, órgão responsável pela aprovação de todas as agendas e pela condução efetiva do Plano. Abaixo desse órgão, há o Conselho Gestor, formado pela Casa Civil, por diversos ministérios, pelo BNDES e seus dirigentes. Sob o Conselho Gestor encontram-se os grupos setoriais, que foram os responsáveis pelas discussões sobre as medidas e ações que deveriam ser incluídas no Plano. Ao todo, formaram-se 20 grupos, incluindo desde setores de mão de obra intensiva até os de tecnologia (automotiva, aeronáutica e bens de capital, entre outros). Todos os setores industriais foram contemplados dentro da política de alguma forma. Em cada grupo setorial foram criadas coordenações com um Comitê Executivo (formado por membros do governo) e com um Conselho de Competitividade (formado por representantes empresariais e da sociedade civil). A ABTCP, a ABPO e a Bracelpa, por exemplo, têm representantes no Conselho de Competitividade do setor de celulose e papel, assim como as principais empresas do setor: Fibria, Suzano, Klabin e IP. Além disso, há representantes das principais centrais sindicais e da Pöyry Tecnologia. No total, o Conselho de Competitividade de Papel e Celulose é formado por 17 integrantes. Com essa estrutura, então, cada setor industrial vem tratando de suas especificidades.

O Papel – Como foi a atuação do BNDES na formulação do Plano e qual será sua participação daqui em diante?

Da Hora – Dos 20 grupos setoriais formados no Plano, quatro apresentaram coordenadores que são funcionários do BNDES. Sou um desses: fui indicado como coordenador do Comitê de Celulose e Papel. Minha função como coordenador consiste em dar enfoque à política industrial. Minha atuação foge completamente de minha função dentro do banco, que é a de tratar de financiamento e estruturação de projetos. Pessoalmente, foi um grande desafio. Sobre a participação do BNDES, atuará em questões voltadas para crédito, tanto para o segmento de celulose quanto para o de papel.

O Papel – Especificamente em relação aos objetivos do setor de celulose, como foram definidos?

Da Hora – Em celulose e papel, foram conduzidas quatro reuniões do Comitê Executivo e duas do Conselho de Competitividade. Fazendo um balanço, eu diria que as reuniões do Comitê foram mais técnicas, com o intuito de se chegar a um diagnóstico setorial, incluindo

aspectos sobre o panorama mundial e nacional, possíveis gargalos e características relativas à indústria de celulose e papel. Discutiu-se também como o governo poderia atuar dentro da política que está sendo proposta para o setor. A partir desse diagnóstico, houve a primeira reunião do Conselho, em que foram apresentados os resultados do diagnóstico e as medidas propostas. Os conselheiros tiveram aproximadamente um mês para fazer suas considerações e contribuições ao documento final. Diversas sugestões de membros do Conselho foram incorporadas à então chamada “agenda setorial” – ou seja, com base no diagnóstico inicial feito pelo Comitê e validado pelo Conselho, foi listada uma série de medidas para alavancar os objetivos pertinentes ao crescimento não só da indústria de celulose e papel, como também da de base florestal como um todo. O documento final que representa a agenda setorial passará pela aprovação do CNDI no próximo dia 2 de agosto. Podemos dizer que esse processo resultou em um documento feito a quatro mãos, pois apresentou contribuições do governo e demandas das empresas.

O Papel – Quais são os objetivos listados na agenda setorial da indústria de celulose e papel?

Da Hora – São cinco grandes objetivos. O primeiro é consolidar a participação do Brasil no mercado global de celulose de mercado. Esse objetivo é claramente voltado aos grandes produtores de celulose. Trata-se de estratégias muito mais direcionadas à consolidação dos grandes players em termos de competitividade, passando por questões tributárias e regulatórias, chegando, principalmente, às questões de infraestrutura e logística. O segundo objetivo está relacionado ao desenvolvimento efetivo de uma indústria de bens de capital, ou seja, de fornecedores para a indústria de celulose nacional. Já o terceiro objetivo volta-se aos players de papel, a fim de aumentar sua competitividade e porte. Vale ressaltar que são iniciativas bem diversas daquelas direcionadas ao setor de celulose. Nesse terceiro objetivo, abordamos desde questões de curto prazo, como a solução do problema de desvio de finalidade do papel imune, até aspectos de médio e longo prazos, a exemplo da redução da carga tributária, do acesso ao crédito e de melhorias de governança e porte dessas empresas. Esse, inclusive, é o objetivo com o maior número de iniciativas. Acredito que as pequenas e médias empresas também desfrutarão de impactos positivos no decorrer do Plano. Partindo para o quarto objetivo, pode ser traduzido na busca pelo desenvolvimento de inovações tecnológicas. Trabalharemos em uma agenda desenvolvida pela ABTCP em

parceira com o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos). Por fim, o quinto objetivo visa à formação de recursos humanos. Com uma melhor formação técnica e gerencial de recursos humanos, esperamos que o setor venha a atingir uma maior maturidade no futuro. Para isso, a iniciativa será a de inserir o setor de celulose e papel no trabalho que já vem sendo realizado pelo governo no âmbito da educação, como intercâmbios entre universidades públicas federais e universidades no exterior por meio do Programa Ciência sem Fronteiras e o fortalecimento do sistema S (Sesc, Senac, Senai e Sesi).

O Papel – Quais medidas estão previstas na agenda setorial para que esses cinco macro-objetivos sejam atingidos?

Da Hora – As medidas propostas ainda dependem da aprovação do CNDI, que deverá analisá-las em reunião agendada para o início de agosto. O que posso adiantar no momento é que existem medidas específicas para o segmento de celulose e outras para o de papel, que possuem naturezas bem distintas. O importante é deixar claro que, para ambos os casos, o que se busca é solucionar as questões críticas de curto prazo (tributárias, regulatórias e de defesa comercial), de forma a podermos implementar de maneira mais estruturada soluções para as questões que afetam a competitividade dos setores no longo prazo (logística, governança, inovação e formação de recursos humanos).

O Papel – Quais são suas expectativas para o cumprimento dessas medidas?

Da Hora – Pessoalmente, espero que as medidas e as ações propostas na agenda setorial caminhem conforme o previsto, de acordo com o que será referendado pelo CNDI. Acredito que de fato isso aconteça, pois para cada núcleo de ações foram detalhadas iniciativas, e, para cada uma delas, foi citado um responsável, incluindo o órgão do governo e a pessoa responsável. O prazo máximo definido para que as medidas elencadas no plano sejam implementadas é o final de 2014, porém algumas metas ligadas a desonerações tributárias e questões regulatórias são nitidamente de curto prazo, devendo ser implementadas já em 2012. As medidas ligadas a infraestrutura e inovação, dadas as suas complexidades, requerem mais tempo para serem colocadas em prática.

O Papel – Na sua visão, quais são os maiores desafios a serem superados pela indústria de celulose?

Da Hora – No segmento de celulose, a preocupação

está mais focada na manutenção da competitividade já conquistada nos últimos anos. O espaço que a indústria brasileira ganhou – muito em função da alta produtividade florestal, do acesso a terras relativamente baratas e amplas, das pesquisas feitas nas últimas décadas nas florestas – tornou o Brasil um player global. Só que essas vantagens vêm sendo reduzidas dia a dia. As terras já alcançaram um patamar de preço mais elevado, e as pesquisas genéticas e tecnológicas também foram implantadas em outros países, como o Chile e a Indonésia, por exemplo. A produtividade desses países ainda não se igualou à brasileira, mas já é bem elevada. Então, o que o Brasil tem de buscar, hoje, é uma segunda onda de competitividade. Isso tem algumas implicações, principalmente relativas à demanda. Se antes nosso mercado principal era a Europa, atualmente o grande consumidor da celulose brasileira é a China, fato que muda muita coisa em termos de logística. Além da rota mais longa, os preços são mais baixos, com margens de lucro menores, e há uma grande concentração naquele mercado. O Chile, por exemplo, passa a ser bastante competitivo, por estar situado na costa do Pacífico, assim como a Indonésia, pela proximidade que apresenta em relação à China. É preciso, portanto, buscar novas formas de competir. Aí entram as questões estruturais, tais como melhoria da logística e formas inovadoras de agregar valor à madeira, que nos levam a pensar nas plantas de celulose como futuras biorrefinarias.

O Papel – Partindo para a indústria de papel, quais são os principais obstáculos a serem enfrentados?

Da Hora – O setor papelheiro precisa dar enfoque ao desenvolvimento do mercado interno. Atualmente, empresas brasileiras competem com estrangeiras, em especial chinesas. Para os players nacionais serem competitivos no mercado interno, primeiramente é necessário pensar em expandir e melhorar o porte de nosso parque industrial, que está em defasagem em relação a outros no mundo. A questão tributária também é muito mais forte no setor papelheiro do que no de celulose, assim como a questão de logística. De maneira geral, os produtores de papel precisam estar próximos do mercado consumidor. O Brasil, pelas dimensões que apresenta, torna a logística um pouco mais complicada e cara. Os desafios do setor de papel, portanto, se resumem em aumento de porte das empresas e melhor organização logística. Eu incluiria também o aumento do consumo interno, que certamente atuaria como grande alavancador de novos projetos. ■

“No segmento de celulose, a preocupação está mais focada na manutenção da competitividade já conquistada nos últimos anos com base em vantagens comparativas. Só que essas vantagens vêm sendo reduzidas dia a dia”